

* 6 SET 199

Senado, com sono, se reúne em dia vazio

"Se o pacto social do Governo não conseguir decolar, ou melhor, bater asas, vai virar pato no tucupi", dizia ontem o senador pelo Pará, Jarbas Passarinho (PDS), em meio ao vazio do Plenário.

Depois, o mesmo senador justificava as sessões em época de recesso branco do Congresso Nacional: "Como caixa de ressonância nacional, precisamos sustentar as sessões para qualquer eventualidade. Se acontecer alguma coisa no país, estaremos acordados". De qualquer forma, o Senado está melhor do que a Câmara, que nem consegue se reunir.

Parece que o aviso do senador Passarinho não chegou aos ouvidos de seu colega Pompeu de Sousa (PSDB/DF), que na presidência da Mesa, tentava vencer o sono enquanto um orador solitário dava aula de conhecimentos gerais. Este orador era o senador Jutahy Magalhães (PSDB/BA).

Como bom baiano Jutahy entende do tempero apimentado. Num aparte ao discurso do líder do Governo, senador Ney Maranhão (PE) ele criticou a proposta apresentada pelo Banco do Brasil de reajustar os salários dos bancários em 15 por cento, dizendo "nem turco faria uma proposta desta". O turco ao qual o senador referia-se é o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Ney Maranhão, sem negar as raízes nordestinas, rebate com espinhos de mandacaru: Tíhamos que ter um turco no comando das finanças do Brasil.

Numa sessão sem ordem do Dia com apenas seis senadores inscritos para falarem de amenidades e às vésperas de um feriado prolongado até o presidente da Mesa se deu ao direito de comenter suas gafes. Pompeu de Sousa confundiu o senador Francisco Rollemberg (PMDB/SE) com o presidente da Fenaj, jornalista Armando Rollemberg, seu ex-aluno da UnB ao agradecer o encerramento de seu discurso.

Incansável mesmo estava o líder do Governo senador Ney Maranhão. Escoltado pelos repórteres, não parava de dar entrevistas elogiando o presidente Fernando Collor pela "fibra de estadista" de reconhecer "seus erros e voltar atrás corrigindo-os". Ney se referia à revogação dos dispositivos da MP 211.

CORRIGIDO
BRASILENSE